

O IRPAA E A ESCOLA DE FORMAÇÃO PARA CONVIVÊNCIA COM O SEMIÁRIDO: UMA EXPERIÊNCIA EDUCATIVA

FELIPE DE SENA E SILVA

Graduado do Curso de Ciências Biológicas pela Universidade Federal de Sergipe (UFS), felipe@irpaa.org;

LORENA SANTIAGO SIMAS

Graduada do Curso de Comunicação Social- Jornalismo em Múltiplos Meios pela Universidade do Estado da Bahia (UNEB) e mestra em Educação, Cultura e Territórios Semiáridos também pela UNEB, lorena@irpaa.org.

RESUMO

Este artigo tem como objetivo apresentar uma experiência educativa a partir da Escola de Formação para Convivência com o Semiárido realizada pelo Instituto Regional da Pequena Agropecuária Apropriada (Irpaa) que tem como objetivo capacitar agricultores e agricultoras, e ressignificar conhecimentos, formando sujeitos mobilizadores e multiplicadores da ideia da Convivência com o Semiárido. Assim, a Escola de Formação é uma das diversas ações realizadas pelo Irpaa que busca constituir uma prática educativa libertadora, possibilitando o despertar de sujeitos críticos e reflexivos, capazes de pensar sobre sua realidade e transformá-la. Dessa forma, após 27 edições da Escola de Formação do Irpaa, mais de 1.000 pessoas vivenciaram esses processos formativos, e hoje estão ocupando espaços diversos.

Palavras-chave: Irpaa; Convivência com o Semiárido; Escola de Formação.

1. INTRODUÇÃO

O Instituto Regional da Pequena Agropecuária Apropriada (Irpaa), ao longo dos seus 31 anos vem trabalhando pela disseminação do paradigma da Convivência com o Semiárido, tendo como missão consolidar a Convivência com o Semiárido visando alcançar a plena qualidade de vida, além da construção de uma sociedade igualitária, plural, democrática e solidária, com justiça social. Assim, este artigo visa apresentar uma experiência educativa a partir da Escola de Formação para Convivência com o Semiárido realizada pelo Irpaa.

O Irpaa é uma organização não governamental fundada em 17 de abril de 1990, em Juazeiro-BA, por um grupo de animadores sociais, militantes das Comunidades Eclesiais de Base (CEB's), religiosos e técnicos da área agrícola. A fonte inspiradora para o trabalho do Irpaa vem da atuação política da Teologia da Libertação e no exemplo missionário do bispo Dom José Rodrigues (IRPAA, s/d). O Irpaa atualmente tem atuação prioritária no Território de Identidade Sertão do São Francisco, extremo norte da Bahia, e nos estados de Pernambuco, Sergipe, Alagoas e Piauí, disseminando iniciativas e práticas de Convivência com o Semiárido.

Dois fundamentos base de sustentação da Convivência com o Semiárido são defendidos pelo Irpaa: a) os modelos de produção adotados na região semiárida precisam ser apropriados às realidades e suas particularidades; e b) para além de difundir tecnologias sociais, é importante a construção de uma ideia-força, um imaginário viável da região (IRPAA, s/d).

Partindo desses pontos, desde seu surgimento, o Instituto priorizou o trabalho educativo com as comunidades rurais, com entidades de base, movimentos sociais, agentes educativos, professores e professoras e entidades não governamentais nas esferas municipal, estadual e federal. Ao longo dos anos, o Irpaa passou por diversas mudanças no seu formato institucional, sempre alinhado com os desafios e necessidades do seu tempo presente. Atualmente, a instituição está dividida em três eixos estruturantes da Convivência com o Semiárido: Clima e Água; Produção Apropriada; e Educação e Comunicação.

O eixo Clima e Água trata questões relacionadas ao clima e à região semiárida, as tecnologias sociais de captação, uso e armazenamento da água de chuva, saneamento rural e mudanças climáticas. O eixo Produção Apropriada destina-se a debater sobre a questão agrária e agrícola na região, povos e comunidades tradicionais, caatinga, economia solidária,

além da Assessoria Técnica e Extensão Rural (ATER) das famílias agricultoras. E por fim, o eixo Educação e Comunicação dedica-se a desenvolver iniciativas formativas relacionadas à Educação Popular, Educomunicação e a Comunicação Popular Comunitária (IRPAA, s/d). Todos os eixos, a partir da sua área, disseminam a importância e viabilidade da Convivência com o Semiárido.

2. O SEMIÁRIDO BRASILEIRO

Segundo dados de 2017, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e Instituto Nacional do Semiárido (Insa), o Semiárido brasileiro (SAB) tem uma extensão territorial de 1.128.000,00 Km² onde vivem cerca de 28 milhões de habitantes, divididos entre zonas urbanas (62%) e rurais (38%), o que corresponde respectivamente a 12% do território nacional. A densidade demográfica é de 23,06 hab/km², sendo considerada uma das mais elevadas, levando-se em conta, outras regiões semiáridas no mundo. O Semiárido está presente em 56,46% do território da região Nordeste e em 11,09% do Sudeste, no norte do estado de Minas Gerais.

Dos 28 milhões de habitantes do Semiárido, 38% pertencem à zona rural, sendo que esta população é caracterizada pela alta vulnerabilidade sócio-econômica, com índices de qualidade de vida muito abaixo da média nacional. Como base de cálculo de pobreza é considerada a renda mensal inferior a R \$70,00/pessoa (Euro 23,00). De acordo com o Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef), a pobreza afeta 67,4% das crianças e adolescentes do Semiárido.

Como principais características climáticas destacam-se as temperaturas elevadas, a alta evapotranspiração (evaporação potencial de cerca de 3.000 mm/ano) e precipitações médias anuais inferiores a 800 mm, extremamente concentradas e mal distribuídas no tempo e no espaço geográfico, gerando os períodos de chuvas e estiagens. Cerca de 80% dos solos do Semiárido são de origem cristalina, rocha dura que não favorece a acumulação de água, sendo os outros 20% representados por solos sedimentares, com boa capacidade de armazenamento de águas subterrâneas. Suas feições de relevo refletem a dinâmica climática e estrutural, mas, apesar de dominar grandes extensões dissecadas, é possível registrar significativas áreas ocupadas por serras e vales úmidos. De modo geral, têm-se no Semiárido como um todo, uma precipitação média de 750 mm/ano, sendo que numa parcela mais restrita a média cai

para 400 mm/ano, no entanto, de fato, não existe ano sem chuva. Nos anos mais secos, dificilmente chove menos que 200 mm por ano. Porém, ocorre periodicamente anos com a irregularidade de chuva maior, onde as precipitações são bem inferiores à média, isolado ou de modo consecutivo por até 6 anos.

A vegetação é do tipo Caatinga, bioma exclusivamente brasileiro, e se constitui numa expressão do clima, onde ocorrem diferentes tipos de espécies de plantas e animais, bem como de outros fatores geoambientais representados pelo relevo, solo e outros organismos. A Caatinga se caracteriza por uma vegetação de extratos herbáceos, arbustivos e raramente arbóreos, maior parte comportando folhas miúdas e hastes espinhentas, de hábito caducifólio, adaptadas para conter os efeitos de uma evapotranspiração muito intensa. O ecossistema do Semiárido Brasileiro é complexo, de modo que estudos da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) classificam a região Nordeste em 20 grandes unidades de paisagens e 172 sistemas geoambientais, em função da diversidade dos recursos naturais.

A diversidade biológica, principalmente na flora, as várias formas de manifestações culturais e até mesmo os diferentes microclimas fazem do Semiárido Brasileiro uma região extremamente rica e com grande potencial para o desenvolvimento sustentável. As frutas nativas existentes na caatinga possuem um grande potencial econômico, pois agregando valor ao produto, transformadas em geleia, doces, compota, sucos e passas, representam uma excelente fonte de renda para as famílias do Semiárido. Além disso, encontramos um número grande de espécies vegetais com propriedades medicinais cujos valores farmacêuticos são conhecidos e importantes para as populações locais. De acordo com IBGE (2010), o Nordeste detém 90,8% do rebanho caprino nacional, e 56,7% dos ovinos, animais adaptados ao clima e se constitui numa base econômica importante para o sustento das famílias – no Brasil são 26,6 milhões de cabeças, 35% caprinos e 65% ovinos. Carecem pesquisas e estudos de interação do conhecimento popular e científico no uso das potencialidades do Semiárido.

Acostumamo-nos a considerar a água a questão central do Semiárido. A região, aparentemente, apresenta muitos problemas relacionados à disponibilidade hídrica no decorrer dos 12 meses do ano. Isso é verdade, somente em parte, pois conhecendo o potencial hídrico e estabelecendo políticas públicas de acordo com as características do clima semiárido, com uma fração das verbas que se gasta nas “emergências” durante as

chamadas “secas”, o menor povoado e a mais afastada casa, poderiam ter seu abastecimento de água segura, durante o ano todo e todos os anos.

A região possui praticamente um só rio permanente: o São Francisco, pois o Rio Parnaíba toca só marginalmente à parte oeste do Semiárido Brasileiro (SAB). Os demais aparecem de forma intermitente (apenas nos períodos de chuva), desempenhando, contudo, um papel fundamental na dinâmica de ocupação dos espaços nesta região.

Entre os anos de 2010 e 2018 a região semiárida enfrentou uma grande estiagem. As famílias das comunidades rurais vivenciam os impactos da seca, e revivem a dependência dos carros-pipa, mesmo a poucos quilômetros do Rio São Francisco. A complexidade do Semiárido exige mudanças nas formas de conceber e intervir nessa realidade. Apesar das potencialidades, possui um ecossistema frágil e com pouca capacidade de reconstituição. Esta fragilidade é decorrente dos próprios fatores climáticos e antrópicos, acentuada por ações criminosas de grandes empresas e grupos econômicos que secularmente vem concentrando as terras em mãos de uma minoria, o que tem contribuído significativamente para o avanço das áreas degradadas, acelerando processos de desertificação. Estima-se que 68% da região semiárida já esteja sofrendo, em algum grau, com a desertificação.

O título de região mais pobre do país, com alto índice de analfabetismo e com a mais baixa renda per capita, decorre não do clima, mas da estrutura socioeconômica implantada na região, trazendo com isso várias dificuldades para se viver bem, pela falta de políticas públicas apropriadas à sua realidade climática e cultural.

3. ENTRE O COMBATE À SECA E A CONVIVÊNCIA COM O SEMIÁRIDO

Historicamente, a ocupação e colonização da região Nordeste do Brasil, e de maneira especial, o Semiárido, foi marcada por duas características: a incompreensão e o descaso. Diferente de outras regiões do país, as particularidades edafoclimáticas e botânicas da região semiárida, só começaram a ser estudadas cientificamente no final do século XIX e início do século XX, motivada, especialmente, pelo fato de milhões de mortes causadas durante os períodos de estiagem, popularmente chamada de “seca”.

De acordo com Andrade (1984), o povoamento da bacia do São Francisco se procedeu no início da colonização, quando os portugueses,

colonizadores, passaram a penetrar na área por ela banhada, na procura de minérios, de indígenas para escravizar e de campos de criação de gado. Durante os séculos XVI, XVII e XVIII, a região semiárida estava voltada, exclusivamente, para atender aos interesses coloniais.

Com a constituição da República, o Nordeste e o Semiárido passaram a fazer parte da pauta política do Estado, no entanto, com sérias limitações, pois as ações implementadas ao longo das décadas privilegiavam somente as oligarquias locais, que utilizavam-se das particularidades climáticas como estratégia de dominação. A indústria da seca, como ficou conhecida historicamente, só beneficiou uma elite agrária, que concentrou em suas mãos água, terra e poder.

Já no final do século XX, entre os anos 80 e 90, em contraposição ao modelo desenvolvimentista advindo da modernização conservadora e os impactos causados pela adoção delas, como o êxodo rural, a degradação da natureza, o crescimento da pobreza, entre outras, as organizações da sociedade civil, a partir da disseminação de suas iniciativas educativas, fizeram e fazem enfrentamento às consequências negativas vividas pelas populações, principalmente as camponesas do Semiárido. Segundo Conti (2013), a partir da década de 1990 em várias organizações e movimentos sociais como atores que incidem substancialmente na alteração das condições estruturais do Semiárido brasileiro, algum deles já vinham de um longo período de resistência popular e outros surgiram nesse período, passam a propor ao estado brasileiro um conjunto de processo de ações proativas na busca de soluções que valorizem o bioma caatinga com suas potencialidades e apontem para as múltiplas alternativas de convivência com o Semiárido em suas diversas dimensões (CONTI, 2013, p. 20).

A construção da Ideia-Força da Convivência com o Semiárido é fruto deste longo “(...) trabalho de “identidade de resistência” e tem como protagonistas um conjunto de “novos” atores sociais oriundos das organizações da sociedade civil (ONG’s, igrejas, movimento sindical, etc.) que buscam construir uma nova prática política na região” (DINIZ; PIRAUX, 2011, p. 230).

Para o Irpaa e “(...) para a sociedade civil, o desafio é obter a ampliação da cidadania, a inclusão de grupos excluídos, enfim criar referências para um modelo diferente de planejar, elaborar e executar políticas públicas” (DINIZ; PIRAUX, 2011, p. 228), e que as mesmas sejam apropriadas – pensadas e elaboradas atentando-se às particularidades e potencialidades - à região semiárida.

Uma vez que, a Convivência com o Semiárido coloca a necessidade de uma nova abordagem, de caráter multidisciplinar, e com o “(...) objetivo de desenvolver formas sustentáveis que potencializem as condições e recursos naturais, fortaleçam os valores culturais, e contemplem as questões de gênero e geração a partir das realidades específicas da região” (CONTI, 2013, p. 20). Assim, criou-se a Escola de Formação de Convivência com o Semiárido para promover essas discussões e potencializar a região, como mostraremos a seguir.

4. A ESCOLA DE FORMAÇÃO DE CONVIVÊNCIA COM O SEMIÁRIDO

A Escola de Lavradores, como inicialmente foi batizada, é uma experiência educativa desenvolvida pelo Irapaa com o objetivo de “(...) capacitar os agricultores, repassar e ressignificar conhecimentos, constituindo um grupo mobilizador e multiplicador da ideia da Convivência com o Semiárido” (IRPAA, 2010, p. 24), compreendendo esse espaço como fundamental para o fortalecimento da luta social e política no Semiárido brasileiro.

O processo formativo na escola é realizado no Centro de Formação Dom José Rodrigues, na zona rural de Juazeiro, com média de duração de 12 a 15 dias seguidos, onde os/as participantes vivenciam experiências teóricas e práticas “(...) que levam o sujeito social a se transformar e se reeducar como ser humano” (AQUINO, 2015, p. 145). Essa base filosófica, do Aprender – Fazendo, é parte do processo de conscientização dos/as participantes da Escola de Formação (EF)¹.

A EF está dividida em dois momentos históricos, sendo o primeiro datado do início do trabalho do Irapaa e seguindo até metade dos anos 2000, quando os participantes em sua grande maioria eram homens e com uma faixa etária entre 35 e 60 anos. Em 2005, o Instituto, a partir de reflexões internas, identificou que era necessário, por conta dos novos desafios históricos colocados para o Semiárido, mudar o sujeito protagonista da ação educativa, optando daquele ano em diante, por atuar junto às juventudes.

O processo de participação das pessoas para as EFs se faz pelo diálogo e articulação que o Irapaa vem construindo ao longo dos anos com as

¹ Para facilitar a leitura vamos utilizar o termo Escola de Formação (EF), como forma de relacionar o processo educativo desenvolvido pelo Irapaa ao longo destes anos.

organizações sociais populares de todo o Semiárido brasileiro. Para selecionar as pessoas que vão participar da EF são enviadas cartas convite para as entidades parceiras, e elas tem como responsabilidade identificar e selecionar o/a participante. Cada participante tem como compromisso político voltar para suas comunidades e colocar em prática o que foi aprendido durante a escola.

Desde o início, a Escola de Formação organizou-se a partir de Tempos Educativos na compreensão de que é necessário “(...) ir além da capacitação e formar pessoas que reflitam, construam e difundam informações a partir de novos conhecimentos” (IRPAA, 2010, p. 24). A organização pedagógica da EF se propõe a associar a teoria e a prática como forma de dar sentido à existência humana. Os Tempos Educativos estão divididos e articulados entre os momentos de estudo, de trabalho, de lazer e de autogestão (Quadro 1).

Quadro 1: Quadro com a programação geral da EF.

Horário	Atividades
6h - 7h	Oficinas
7h - 8h	Café da Manhã
8h - 12h	Estudo
12h - 14h	Auto organização
14h - 17:30h	Estudo
17:30 - 19:30h	Auto organização
19:30h - 20:30h	Estudo
20:30 - 22h	Lazer

Fonte: Elaborado pelos autores.

Ao longo dos anos, o Irpaa teve como parte de sua estratégia de atuação, a sistematização das informações basilares para a compreensão das múltiplas realidades que configuram a região semiárida. As cartilhas “A busca da Água no Sertão”; “Cabras e Ovelhas: a criação do sertão” e “A Roça no Semiárido” são os materiais básicos utilizados no processo formativo realizado durante as escolas de formação. Ao chegarem para a formação todos/as os/as participantes recebem um kit com as cartilhas, folders e outros materiais de suporte para o aprofundamento teórico acerca da Convivência com o Semiárido.

Os momentos educativos voltados para o estudo (Quadro 2) são assessorados pela equipe técnica do Irpaa, que conta com: técnicos

agropecuários, agrônomos, biólogos, zootecnistas, jornalistas, pedagogos, e que no seu papel político como “(...) mediadores do processo de formação, posicionavam-se como pessoas dialógicas, problematizadoras e éticas que estabelecem com os participantes uma relação de respeito, solidariedade, reciprocidade, independência, cumplicidade e amorosidade, sem “pieguismos” (AQUINO, 2015, p. 144).

Quadro 2- Eixos de trabalho do Irapaa.

EIXOS DE TRABALHO	TEMAS DEBATIDOS
Clima e Água	Tecnologias de captação, uso e armazenamento de água de chuva; Segurança hídrica no Semiárido; Cinco linhas de água; Mudanças climáticas; Saneamento rural.
Terra	História da luta pela terra; Povos e comunidades tradicionais; Questão agrária.
Produção	Vida no solo; Cabras e ovelhas; Roça no Semiárido; Beneficiamento e comercialização.
Educação	História da Educação; Políticas educacionais; Educação para a Convivência com o Semiárido.
Comunicação	Comunicação popular; Educomunicação; Comunicação para a Convivência com o Semiárido; Redes sociais e desinformação.

Fonte: elaborado pelos autores.

A metodologia de trabalho utilizada nas formações baseia-se na ótica freiriana, onde “(...) educar é um ato dialogizador permanente, através do, na práxis do ensino, educador e educando constroem e problematizam” (SILVA, 2011, p. 358) a realidade, e pensam alternativas de superação dos desafios colocados.

Portanto, os resultados esperados pelo Irapaa através do processo de formação para a Convivência com o Semiárido vão além da aquisição de novos conhecimentos por parte dos envolvidos no processo, pois se intenta também a ampliação e multiplicação dos novos paradigmas e saberes aprendidos para uma coletividade definida. Nesse processo, os homens e mulheres do campo se constituem como principais sujeitos do movimento pedagógico da formação para a Convivência com o Semiárido. As ações desenvolvidas revelam uma profunda fé na pessoa humana e esperança na capacidade mobilizadora que torna possível a construção de uma sociedade justa e igualitária.

Já no início da EF são feitos acordos coletivos para a dinamização e co-responsabilização do trabalho desenvolvido ao longo dos dias. De acordo com Aquino (2015)

Cada uma das pequenas coisas que acontecem no dia-a-dia do espaço da escola passa a ter outro sentido, não porque sejam coisas que nela nunca antes aconteciam (em alguns casos também isto), mas porque olhadas e feitas com uma outra intencionalidade. Importante atentar-se ainda que o tempo e o espaço mantêm-se em constante movimento, porque ocorrem em processo de transformação coletiva (AQUINO, 2015, p. 145).

Durante a realização da EF são divididas equipes, grupos organizados pela diversidade de atuações e idades, na perspectiva de possibilitar o intercâmbio de experiências e que ao longo da escola participam nos períodos da manhã (entre 6h e 7h da manhã) das atividades de hidroestesia, aprisco, ração, composto, canteiro econômico e viveiro de mudas. Esse momento matinal tem como objetivo debater/apresentar aspectos técnicos, associando-os com a prática que já parte do cotidiano de muitos participantes, colaborando assim, com o desenvolvimento das suas atividades diárias.

Isso fica perceptível na fala do participante DA², 35 anos, que viveu a EF nos anos de 2008 e 2009.

Consigo até hoje aplicar os conhecimentos da EF, são conhecimentos super válidos que servem de incentivo para que as pessoas busquem aprofundar sobre diversas temáticas: o manejo do solo, a criação de pequenos animais, o beneficiamento de produtos da agricultura familiar. Ainda consigo aplicar na minha realidade (PARTICIPANTE DA, 2021, informação verbal).

É interessante destacar ainda que DA, afirma que a sua participação na EF mudou completamente a sua vida.

Depois da escola de formação eu mudei de território, e fui viver no Semiárido, (na época vivia na cidade de Valença-BA), por lá passei quase 10 anos. Essa experiência me ajudou a entrar na universidade, a UNEB em Juazeiro, e me ajudou a me profissionalizar. Eu, agora agrônomo, escolhi uma área e foi a agricultura familiar, a Convivência com o Semiárido e a Agroecologia (PARTICIPANTE DA, 2021, informação verbal).

2 Optamos por colocar siglas no nome dos participantes para preservar sua identidade.

Com o depoimento de DA, percebemos a potência da EF como agente transformador das realidades dos participantes.

Também é preciso destacar que durante toda a EF os/as participantes (e suas equipes) são convidados a envolverem-se diretamente nas tarefas coletivas: lavar seus próprios pratos e panelas das refeições, limpeza dos espaços coletivos de convivência, além da auto-organização dos dormitórios. Essa divisão social do trabalho durante os dias de escola são imprescindíveis, pois como afirma Pistrak (2011), esse é um elemento de importância social e sócio pedagógico destinado a unificar em torno de si todo o processo de educação e de formação.

Ao longo dos dias, as equipes formadas também criam sua própria identidade de grupo, tendo como fonte de inspiração as lutas e símbolos de resistência dos povos do Semiárido. Essas equipes também são responsáveis por realizar todas as manhãs, um registro do dia anterior (revezando-se ao longo dos dias), resgatando questões e debates que nortearam a atividade; essas equipes têm a liberdade de realizar o repasse utilizando-se da linguagem que desejarem.

Essa interação entre os jovens de diferentes territórios possibilita um intercâmbio de ideias e experiências. Nesse sentido, a participante AF, 28 anos, que vivenciou a EF no ano de 2015, relata que a experiência foi marcante devido ao alto nível dos debates vivenciados, os temas debatidos, além das trocas com vários jovens de outros territórios do Semiárido.

AF afirma que após a participação na Escola de Formação muita coisa mudou. “Mudou a minha percepção, por ver outros jovens e movimentos incentivando a resistência quanto à questão da Convivência com o Semiárido que interferiu de diversas formas na vida dos jovens que participaram daquela formação, e a minha também” (PARTICIPANTE AF, 2021, informação verbal).

Além das discussões e dos momentos de formação teórica sobre os eixos de trabalho, também são realizadas atividades integradoras (oficinas), de caráter técnico/prático. Ao longo das edições das escolas já foram realizadas oficinas de teatro, grafite, fotografia, vídeo etc., na perspectiva de contribuir com mais elementos que possibilitassem a atuação política dos participantes.

Na programação também são previstos momentos de visitas técnicas, com o objetivo dos/as participantes vivenciarem experiências exitosas de Convivência com o Semiárido, como a visita à Cooperativa Agropecuária Familiar de Canudos, Uauá e Curaçá (Coopercuc). Além disso, está dentro do roteiro a barragem hidrelétrica de Sobradinho, a Escola Família

Agrícola de Sobradinho e a área experimental da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA).

Todas as manhãs durante os dias da escola são realizadas místicas, momentos em que os/as participantes são convidados/as a fazer uma reflexão sobre determinado tema com o intuito de cultivar valores político/ideológicos e humanos necessários para uma atuação política comprometida com a classe trabalhadora.

Ao final de todas as EF são realizados momentos de avaliação buscando identificar quais foram os aspectos satisfatórios, quais não cumpriram os objetivos e apontar sugestões para as próximas edições.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo destes anos contribuindo para a disseminação da Convivência com o Semiárido, o Irapaa está sempre comprometido com um projeto de sociedade onde os povos da região são os protagonistas e construtores de suas próprias histórias. Assim, a instituição dedica-se à efetivação das políticas públicas e à defesa dos direitos sociais.

A Escola de Formação é apenas uma das diversas ações realizadas pelo Irapaa que busca constituir uma prática educativa libertadora, possibilitando o despertar de sujeitos críticos e reflexivos, capazes de pensar sobre sua realidade e transformá-la. Dessa forma, após 27 edições da Escola de Formação, mais de 1.000 pessoas vivenciaram esses processos formativos, pessoas que hoje estão ocupando espaços políticos estratégicos em suas comunidades e organizações, ou desempenhando funções públicas.

As EF continuarão sendo uma ação institucional do Irapaa na perspectiva de continuar disseminando nos vários estados que fazem parte do Semiárido, as bases para a construção da Convivência com o Semiárido, além de continuar difundindo as experiências exitosas relacionadas que tem tornado a vida do povo da região mais sustentável e feliz.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, M. C. de. **Poder Político e produção do espaço** – Recife: Fundação Joaquim Nabuco – editora Massagana, 1984.

AQUINO, M. R. de. **Educação para a convivência com o semiárido e direitos humanos:** práticas educativas do Instituto Regional da Pequena Agropecuária Apropriada – Irapaa, em Juazeiro-BA. Salvador, 2015.

BATISTA, M. de S. X. **Movimentos sociais, estado e políticas públicas de educação do campo**: pesquisas e práticas educativas. João Pessoa: Editora da UFPB, 2021.

CONTI, I. L.; SCHROEDER, E. O. **Estratégias de convivência com o semiárido brasileiro**: textos e artigos de alunos(as) participantes. Fundação de Apoio da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – FAURGS / REDEgenteSAN / Instituto Brasileiro de Desenvolvimento e Sustentabilidade – IABS/ Agência Espanhola de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento – AECID / Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome MDS / Editora IABS, Brasília - DF, Brasil, 2013.

DINIZ, P. C. O; PIRAUX, M. **Caderno de** BATISTA, M. de S. X. **Estudos Sociais – Recife**. v. 26, nº 2, p. 227 – 238, jul./dez., 2011.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Semiárido Brasileiro**, 2017. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/geociencias/organizacao-do-territorio/estrutura-territorial/15974-semiarido-brasileiro.html?=&t=o-que-e>. Acesso em: 7 mai. 2021.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Nordeste**, 2010. Disponível em: <https://censo2010.ibge.gov.br/noticias-censo.html?busca=1&id=3&id-noticia=1766&t=censo-2010=-populacao-brasil190-732-694--pessoas&view-noticia>. Acesso em: 7 mai. 2021.

IRPAA. Instituto Regional da Pequena Agropecuária Apropriada. **Apresentação**. Disponível em: <https://irpaa.org/modulo/portugues>. Acesso em: 7 mai. 2021.

PISTRAK, Moisey Mikhaylovich. **Fundamentos da Escola do Trabalho**. Tradução de Daniel Aarão Reis Filho – 3. ed. São Paulo: Expressão Popular.